

AS COTAS E AS PERCEPÇÕES ACERCA DAS INJUSTIÇAS SOCIAIS

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) julgando constitucional o sistema de cotas raciais adotado pela UnB incitou, como esperado, uma série de manifestações públicas de intelectuais, militantes de movimentos sociais, jornalistas, educadores, entre outros segmentos sociais sobre as conseqüências das cotas universitárias para negros.

Apesar da riqueza desse debate, parece-me que os argumentos arrolados inovam pouco em relação aos pontos já avançados nas discussões públicas que ocorreram no país ao longo dos últimos dez anos. Os mesmos argumentos sobre o impacto das cotas, positivos ou negativos segundo os pontos de vista, reforçam a polarização entre os que crêem que elas vão criar uma sociedade racializada, ao estilo da sociedade norte-americana antes das leis pelos direitos civis ou da África do Sul antes do fim do apartheid, e os que acreditam que, ao facilitar o acesso dos negros aos bancos universitários, elas vão democratizar o ensino superior público e reduzir as desigualdades entre negros e brancos.

Algo que tem sido pouco discutido e que, ao meu ver, pode iluminar o debate refere-se à discussão sobre como e por que as cotas se transformaram em uma “questão pública” tão controversa no país. Uma tal reflexão poderia nos levar a tratar esse tema de uma forma menos apaixonada e mais distanciada das “questões de princípio” que norteiam as posições de uns e outros nesse debate. Não que os princípios não sejam importantes, afinal estes também fazem parte da realidade social: os atores sociais se posicionam no mundo em parte seguindo seus princípios (e seus interesses). Mas o fazem a partir de situações vividas como concretas e não apenas orientadas por situações ideais. Há que se pensar as cotas no contexto em que elas foram implantadas e não apenas de acordo com as idéias e os princípios daqueles que as defendem ou as criticam.

Ora, para pensarmos esse lado pragmático da discussão sobre as cotas no país precisamos ir além das dimensões normativas e valorativas e entendermos como as cotas funcionam no interior das universidades que já implantaram esse sistema de ação afirmativa.

Um indício da necessidade de uma compreensão do debate atual que leve em conta também o contexto e o modo como esse debate se tornou socialmente relevante é o fato de que tanto as polêmicas ao longo do julgamento do STF quanto a maior parte dos argumentos arrolados nos últimos dez anos na esfera pública, ao elegerem o sistema de cotas da **UnB** como exemplo privilegiado de análise, tomam como protótipo do sistema de cotas no país exatamente uma das poucas universidades que adotou a raça como critério exclusivo de seleção dos cotistas: a vertente menos freqüente entre as mais de 70 universidades públicas que adotam ações afirmativas. Em resumo, o debate no Brasil foi, e ainda é, polarizado em torno das cotas raciais, critério que, pensado de modo exclusivo, é minoritário no cenário das universidades públicas que adotaram o sistema, uma vez que a grande maioria das universidades implantou mecanismos que, em geral, combinam o critério racial ao critério social, o que a meu ver altera o significado e amplitude da política de combate a desigualdade social.¹

Nesse sentido é legítimo nos perguntarmos: por que as cotas raciais polarizam o debate no Brasil? Creio que há diversas razões para isso, mas certamente o lugar ocupado pelas discussões sobre raça no processo de construção da identidade nacional têm um papel relevante. Não por acaso, um dos argumentos mais utilizados para combater as cotas é o fato delas colocarem em xeque os princípios sobre os quais estaria assentada nossa identidade nacional.

Mas, ao pensar essa questão de modo contextual, pode-se interpretar o fato de que critérios sociais foram mesclados com critérios raciais nas ações afirmativas em diversas universidades como uma evidência de que a ameaça de racialização que, em princípio, as cotas raciais trariam consigo, não é tão evidente assim e que ao lado da questão racial a questão social permanece sendo uma preocupação importante para os que pensam essas ações. Talvez devamos mesmo admitir que o que essas ações incitam não é um debate sobre a identidade nacional ou sobre os princípios liberais meritocráticos, mas sim uma **menor aceitação das desigualdades** em todas as suas formas no país. As cotas podem, assim, ser interpretadas como a **expressão de mudanças simbólicas no nosso imaginário social acerca da justiça social**.

¹ Cotas que mesclam critérios sociais com critérios raciais buscam responder ao que Nancy Fraser chama de dupla dimensão da justiça nas sociedades contemporâneas, a saber: a redistribuição e o reconhecimento.

Desse ponto de vista, não é uma mera coincidência o fato das discussões sobre cotas serem contemporâneas de outras temáticas que também põem a nu processos de exclusão e de discriminação na sociedade brasileira, tais como o debate sobre as políticas de combate à pobreza, os direitos de mulheres, dos homossexuais, e das populações indígenas e quilombolas, entre outras formas de subalternização. No fundo o que parece estar ocorrendo com a questão racial é a sua transformação, do mesmo modo que com as outras temáticas citadas acima, em objeto de políticas públicas. Em outras palavras, elas se inserem em um processo mais amplo de mudança na ação estatal que, após a democratização dos anos 1980, coloca o combate às desigualdades como uma de suas prioridades.

As cotas são, pois, políticas públicas como outras. Nesse sentido, vale a pena levar em conta o que as avaliações dessas políticas têm a nos dizer. Por exemplo, diversos estudos têm demonstrado que as cotas não provocaram redução na qualidade do ensino nas universidades que as implantaram, uma vez que os cotistas tendem a ter resultados semelhantes aos não cotistas. Tais pesquisas mostram também que os cotistas tendem a abandonar menos a universidade e a ter menores índices de reprovação por falta. Do mesmo modo, alguns estudos qualitativos mostram que as cotas não levaram a uma separação entre negros e brancos, nem ao aparecimento de reivindicações identitárias fortes entre os cotistas. Em pesquisa que realizei na Universidade Federal de Sergipe junto a estudantes dos cursos mais elitizados, aparece o fato de que o critério que explica a formação de grupos de amizade e de afinidade não é marcado pelas cotas (ou pela raça) e sim por hábitos de classe diferenciados (tais como a inserção em redes de sociabilidade que freqüentam bares mais ou menos caros, o fato de ter ou não carro, usos vestimentares diferentes ...).

Nessa mesma pesquisa aparecem relatos de alunos que afirmam que só se sentiram seguros para enfrentar o vestibular após a universidade ter adotado o sistema de cotas (que na UFS é para estudantes de escolas públicas, sendo que 70% destas vagas são para alunos que se declaram pretos, pardos ou indígenas). Dentre estes relatos há o de uma aluna que passou em 2º lugar na classificação geral de seu curso. Temos aqui algo que vai além dos efeitos imediatos das cotas, pois estas têm **alterado as expectativas** de uma parte dos

estudantes de escolas públicas, que passam a se considerar como **capazes de passar no vestibular**.

Contudo, há que se sublinhar os limites das políticas de cotas, pois estas atingem diretamente um grupo numericamente limitado: aqueles que têm acesso ao ensino universitário público. A grande maioria dos pobres (negros e brancos) está à margem dos efeitos das cotas para ensino superior.

Isso significa que as cotas são inúteis enquanto políticas públicas? O que os estudos empíricos mostram até agora é que as cotas não são nem políticas diversionistas, como querem seus críticos, nem também porção mágica para resolver todos os males causados pelo preconceito racial e pela exclusão social. Embora considere as cotas que mesclam critérios sociais com o corte racial mecanismos importantes para tornar o acesso menos elitizado a certos cursos universitários (ao contrário das cotas exclusivamente raciais que tendem a favorecer os negros mais bem aquinhoados socialmente), não considero que elas, por si sós, signifiquem mudanças profundas na situação social da maioria dos pobres e dos negros no país. A realidade social brasileira é extremamente complexa e exige soluções para além das políticas de acesso às universidades.

As cotas não são uma solução milagrosa para resolver as assimetrias no país, mas parecem ser um dos meios para demonstrar que **nossa tolerância às desigualdades está diminuindo**. Nesse sentido, pelo que pesquisas recentes apontam, as ações afirmativas atuam também nas dimensões simbólicas que legitimam as hierarquias sociais, incitando jovens negros e pobres a se verem como capazes de fazerem parte das elites sócio-culturais e econômicas (promessas do ensino universitário nem sempre cumpridas, mas isso é pouco relevante para o que discutimos aqui). Se elas poderão ser algo menos ou mais que isso, só as pesquisas empíricas poderão nos dizer.